



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2014 (Do Sr. Domingos Sávio)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha.

- a) Quais providências administrativas e judiciais foram efetivamente tomadas com relação à Sra. Rosemary Noronha? Indicar o número e a conclusão dos processos;
- b) Informar se Rosemary Noronha, atualmente, ocupa cargo ou função pública, se positivo, informar a sua lotação.

JUSTIFICAÇÃO

O governo petista tem sido alvo de inúmeros escândalos de corrupção e malversação de recursos públicos. São tantas denúncias veiculadas dia-a-dia que nos parece algo rotineiro.

Transcorrido mais de um ano do desfecho da Operação Porto Seguro, não há como dissociar o clamor dos brasileiros nas ruas contra a corrupção da cobrança de uma resposta concreta dos fatos apurados.



Câmara dos Deputados

A operação Porto Seguro foi deflagrada em novembro de 2012 pela Polícia Federal. Segundo a Procuradoria, Rosemary integrou organização que negociava documentos de repartições da União para favorecer empresários, entre eles o ex-senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que está entre os réus, por corrupção. O ex-número 2 da Advocacia-Geral da União, José Weber Holanda, virou réu também por corrupção.

Nas 53 páginas do relatório do inquérito, o delegado da PF Ricardo Hiroshi Ishida aponta que "a quadrilha" agia para obter "facilidades junto a órgãos públicos por meios ilícitos", cometendo "crimes de corrupção" para "atender interesses de empresários".

Ainda de acordo com o documento, Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas, tinha "a função de chefia".

O esquema funcionava da seguinte forma: *um empresário precisava de facilidades num órgão público onde Paulo tinha influência. Paulo acionava seus contatos, entre eles, seu irmão Rubens Vieira - diretor afastado da Agência Nacional de Aviação Civil - considerado o conselheiro da quadrilha. Os advogados Marco Antonio Martorelli e Patrícia Maciel ajudavam servidores públicos corruptos a escrever pareceres ou relatórios de interesse da quadrilha*” (G1 27/02/2014).

Ressalto que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da



Câmara dos Deputados

Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, de maio de 2014.

Deputado Domingos Sávio
PSDB/MG